

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 23 de dezembro de 1988

A potência de um tigre, enjaulado e ferido

Ainda há alguns dias, comentávamos nestas colunas a performance das exportações brasileiras, que deverão chegar neste ano ao nível recorde de aproximadamente US\$ 34 bilhões. Dizíamos então que, não obstante os problemas monetários que as vendas externas têm acarretado, o governo deveria estudar fórmulas para manter estimulada a exportação, que tem sido o verdadeiro motor da economia brasileira neste ano, assegurando inclusive a manutenção dos níveis de emprego.

Ao lado disso, sustentamos a posição de que as receitas de exportação, ao assegurarem a solvência externa, certamente despertariam um interesse maior dos investidores externos pela economia brasileira, possibilitando, com isso, amenizar o peso elevadíssimo das transferências líquidas de recursos ao exterior.

Nesse sentido, duas notícias desta semana são animadoras. O Conselho Moretário Nacional (CMN) parece agora mais sensível aos argumentos de que seria insensato deixar que as empresas brasileiras, em um momento de retração do mercado mundial, arrefecessem as suas

vendas externas, cedendo lugar a competidores estrangeiros. O CMN autorizou, na última quarta-feira, o Banco Central (BC) a adotar duas medidas, que podem não ser decisivas mas que demonstram boa vontade com relação às reivindicações do setor exportador. Segundo adiantou o diretor da Área Externa do Banco Central, o prazo máximo para as operações de fechamento de câmbio poderá ser ampliado até dez dias após o embarque da mercadoria até noventa dias. Com isso, prevê-se uma atenuação, durante algum tempo, do impacto monetário das exportações.

Outra medida em cogitação pelo BC é criar um depósito a prazo fixo, em termos voluntários, das divisas originadas pelas exportações, a serem remuneradas pela Libor. A diferença em relação à antiga Resolução nº 1.208 é que tal depósito não será efetuado pelo equivalente em cruzados das receitas auferidas, mas em moeda estrangeira. Esta última autorização é mais importante, pois pode significar, na prática, o início da introdução de uma "conta dólar" no BC, como têm sugerido economistas e exportadores.

Naturalmente, no momento em que tais providências forem implementadas, merecerão um comentário específico. Mas, em nosso entender, essa atitude mais lúcida das autoridades brasileiras adquire um significado maior no momento em que se noticia que reputada empresa internacional de auditoria, a Coopers & Lybrand, a terceira entre as oito maiores do mundo, avalia que, com uma produção de manufaturados da ordem de US\$ 84,821 bilhões, o Brasil já se credencia como a sétima maior potência industrial do Ocidente. Um dado, não citado pela empresa mas também registrado neste ano, é que o Brasil, com 24,2 milhões de toneladas de produção de aço por ano, já ultrapassa, nesse setor, a Itália (a sexta potência econômica do mundo ocidental).

Em termos de Produto Nacional Bruto (PNB), o Brasil ainda é a oitava economia (não considerando os países socialistas), mas, como observa a Coopers, o País "tem oportunidades de avançar de modo a colocar-se entre os cinco maiores mercados nos próximos quinze anos" e, certamente, o produto real correrá paralelo. De qualquer forma, a produção

industrial brasileira já "é maior do que a da Coréia, de Taiwan e Cingapura juntos, ou seja, dos três tão temidos tigres econômicos asiáticos".

Está claro que seria fora de propósito qualquer ufanismo em face dessa análise, que não deixa de notar o péssimo padrão de distribuição de renda no Brasil, a sua imagem de maior devedor do Terceiro Mundo, as deficiências de educação, suas políticas econômicas erráticas, etc. Tudo isso leva os investidores estrangeiros a preferirem aplicar em outras economias com muito menos capacidade de expansão.

O Brasil é também um tigre, sugere a Coopers & Lybrand, mas enjaulado e ferido, mas, apesar de tudo, destinado a exercer um papel-chave na América Latina. E esse animal é capaz de feitos como o ousado pulo das exportações neste ano. Mas a questão, assinala o estudo, "não é como evitar o Brasil, mas como lidar com suas políticas e torná-las parte da estratégia global". Em termos nacionais, diríamos que o grande desafio é fazer agora a abertura econômica, que deve seguir-se à abertura política tão arduamente conquistada.